

SOBRE-ENDIVIDAMENTO

# Cartões e crédito pessoal levam até metade do salário

As famílias mais pequenas e com maiores rendimentos revelam maior descontrolo no acesso a crédito ao consumo. Já para as famílias que foram afetadas pela última crise é a casa que pesa mais no orçamento.

**PATRÍCIA ABREU**  
pabreu@negocios.pt

O número de famílias em situação de sobre-endividamento baixou nos últimos anos. Ainda assim, continuam a ser muitos os que revelam dificuldades em gerir o orçamento, sem deixar nenhum crédito por pagar. Segundo um estudo realizado pela Nova Information Management School, o descontrolo no acesso ao crédito ao consumo, em particular o cartão de crédito e o pagamento de compras com crédito pessoal é a razão apontada na maioria das situações de sobre-endividamento.

O crédito ao consumo disparou nos últimos anos. E são sobretudo os solteiros ou casais sem filhos, com rendimentos mais altos, os que revelam maior descontrolo no financiamento para realizar compras ou fazer pagamentos

com o cartão de crédito. E esta uma das conclusões de um estudo sobre o endividamento realizado pela Nova Information Management School, em parceria com a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e a Deco.

O estudo, que tem por base um período temporal de 2016 a 2018, foi realizado através da aplicação de 32 mil modelos de inteligência artificial, junto de mais de 1.600 famílias, partidas em três grupos: pessoas com rendimentos mais baixos, maiores rendimentos mas com maiores gastos com crédito e famílias afetadas pela crise económica de 2011. Em qualquer um dos grupos, o peso mensal das prestações de crédito atinge percentagens significativas do rendimento disponível, mas é nas famílias mais pequenas mas com mais rendimentos – é considerado um rendimento per capita de 686,35 euros – que a taxa de esforço é maior. Nestes casos, o cartão de

crédito e as compras realizadas com recurso a crédito pessoal pesam mais de metade do rendimento disponível.

O cartão de crédito representa a maior parcela do rendimento destinado ao pagamento de empréstimos, de 29%, seguido pelo crédito pessoal, cuja taxa de esforço é de 28%. Juntando a percentagem alocada para o pagamento do crédito à habitação (16%) e outros empréstimos, a taxa de esforço deste grupo aumenta para 75%, segundo mostra o estudo. “Famílias com um rendimento superior médio são as que têm uma maior parcela mensal de crédito”, destaca Diego Costa Pinto, professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e um dos responsáveis pelo estudo.

De acordo com o docente, a pesquisa mostra que há da parte destas famílias “um baixo controlo com crédito ao consumo”, sendo que os inquiridos assumem que



## Famílias com um rendimento superior médio são as que têm uma maior parcela mensal de crédito. Famílias mais pequenas e solteiros revelam menor controlo no acesso ao crédito ao consumo.

**DIEGO COSTA PINTO**

Professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

“acabam por se descontrolar com o crédito pessoal”, recorrendo muitas vezes ao cartão de crédito e ainda a compras a crédito, por exemplo, em superfícies comerciais. “Famílias mais pequenas e solteiros revelam menor controlo”, acrescenta Diego Costa Pinto. No caso das famílias afetadas

pela crise financeira, o cenário altera-se ligeiramente, no que diz respeito aos motivos que conduziram ao sobre-endividamento. Cerca de 40% das famílias justificam as dificuldades com uma situação de desemprego. Neste grupo, a casa apresenta a maior taxa de esforço no rendimento mensal, ao absorver 20% do rendimento. O cartão de crédito pesa 19% e o crédito pessoal 12%. Ou seja, estas famílias têm um rendimento mensal per capita de 413,15 euros, sendo que a prestação da casa supera 209 euros. No total, os créditos representam 68% do rendimento familiar.

Já as famílias com menores rendimentos – 401,94 euros por pessoa – têm uma taxa de esforço de 40%, com o crédito ao consumo a ser mais uma vez a principal fonte de endividamento: cartão de crédito e crédito pessoal absorvem 12% do rendimento mensal cada.

Desde 2013 que a Deco recebe anualmente mais de 29 mil pedidos de ajuda de pessoas com dificuldades financeiras. No entanto, o número de sobre-endivida-

dos tem vindo a cair. No ano passado, a Deco abriu 2.787 processos de sobre-endividamento, quando em 2012 e 2013 chegaram a superar os 5.400 e 4.000 casos, respetivamente. ■

# 75%

### TAXA DE ESFORÇO

O pagamento de prestações associadas ao crédito absorvem até 75% do rendimento mensal.

# 29%

### CARTÃO DE CRÉDITO

As operações realizadas com recurso a cartão de crédito pesam até 79% do rendimento.

## Mais de 27 mil milhões financiados nos últimos 4 anos

**Os bancos e as financeiras aceleraram a concessão de crédito ao consumo nos últimos anos, levando este tipo de financiamento para valores recordes.**

O ritmo de concessão de crédito ao consumo acelerou nos últimos anos, com o setor financeiro a reforçar a aposta neste setor para compensar o ambiente de taxas de juro negativas. Apenas nos últimos quatro anos, bancos e financeiras emprestaram mais de 27,6 mil milhões de euros em crédito ao consumo.

A procura por crédito que tem como finalidade o consu-

# 7,59

### MIL MILHÕES

No ano passado, as novas operações de crédito ao consumo ascenderam a 7,59 mil milhões de euros.

Data: 29.04.2020

Titulo: Cartões e crédito pessoal levam até metade do salário

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário

**QuickCom**  
comunicação integrada

Secção: Economia

Pág: 18;19



O Banco de Portugal, liderado por Carlos Costa, tem alertado para a menor restritividade no crédito pessoal.

Área: 1395cm² / 75%

FOTO Tiragem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6820427

mo regista um forte crescimento nos últimos anos, com este financiamento em máximos. Apenas no último ano foram emprestados 7,59 mil milhões de euros em crédito ao consumo, elevando para 27,6 mil milhões o valor financiado desde 2016.

O forte crescimento do crédito ao consumo, em particular do crédito pessoal, tem merecido a atenção do regulador. O Banco de Portugal atualizou este ano a sua medida macroprudencial para o crédito a consumidores, apertando os critérios de concessão. Um dos limites alterados diz respeito à maturidade dos empréstimos, cujo prazo máximo foi reduzido em três anos, para

sete anos. No caso do crédito automóvel e créditos que têm como finalidade a educação, a saúde e as energias renováveis, permanece o limite de 10 anos.

Além do novo limite no prazo, o Banco de Portugal fixou ainda em 50% o rácio entre o montante da prestação calculada com todos os empréstimos do mutuário e o rendimento, ou seja, a taxa de esforço.

Estas medidas surgem depois de o Banco de Portugal ter alertado para a menor restritividade por parte das entidades na concessão de crédito, o que poderá criar riscos futuros para mutuários do crédito e para as instituições.

### Regras mais flexíveis na pandemia

Apesar da revisão dos limites para a concessão de novos créditos, o Banco de Portugal flexibilizou as regras para quem aceda a este tipo de financiamento para acorrer a dificuldades criadas pela pandemia da covid-19.

“Os créditos pessoais com maturidades até dois anos e que sejam devidamente identificados como destinados a mitigar situações de insuficiência temporária de liquidez por parte das famílias deixam de ter de cumprir um limite ao rácio de DSTI [taxa de esforço]”, decidiu o regulador liderada por Carlos Costa. ■

**PATRÍCIA ABREU**

